



Categoria faz gol de placa

Sindicato promoveu, em julho, a primeira COPA SENGE-RJ de Futebol Society **PÁGS. 9 a 12**

• SOCIEDADE

CONSENGE homenageia o engenheiro Rubens Paiva

PÁG. 3

• MOVIMENTOS SOCIAIS

SENGE-RJ recebe o ministro Gilberto Carvalho

PÁG. 7

• EDUCAÇÃO

Apoio à luta dos professores estaduais

PÁG. 6

Ações de Cosenza repercutem na sociedade

Conselheiro fiscal do SENGE-RJ falou sobre a importância da vistoria predial para a rádio MEC AM e divulgou o Guia de Autovistoria, elaborado pelo Sindicato.

PÁG. 12



POR UMA REFORMA POLÍTICA VERDADEIRA

Uma das reformas mais necessárias na atual conjuntura brasileira, defendida por diferentes segmentos da sociedade, não apresenta unanimidade quanto a seu conteúdo e alcance. Isto porque os setores conservadores não a desejam, pois não almejam nenhuma mudança no quadro institucional. Diante da crescente insatisfação de amplas camadas da população e principalmente face às manifestações de junho do ano passado contra a forma e a prática política dos partidos brasileiros, o desejo de uma reforma política vem ganhando cada vez mais adeptos e condições de viabilidade. Neste pouco espaço de tempo não teríamos condições de aprofundar uma discussão sobre ela. Faremos tão somente algumas constatações para contribuir com o debate.

O que mais chama a atenção e deve fazer parte dessa reforma é tornar o processo eleitoral mais democrático. Isto significa mudar radicalmente as formas de financiamento das candidaturas, assim como impedir as alianças fisiológicas por tempo de televisão, promover o debate político que favoreça os programas e projetos políticos e estimular a democracia interna dentro dos partidos para escolha dos candidatos na forma de convenções, consultas, plebiscitos, etc.

Uma reforma política que consideramos de verdadeira deve mudar o relacionamento entre os três poderes, desestimulando interferências indevidas e buscando uma real independência entre eles. Com relação ao poder judiciário, a forma de escolha dos juízes deve ser democratizada, os inúmeros cargos vitalícios devem ser extintos e, principalmente, os tempos de julgamento dos processos judiciais devem ser encurtados. A justiça no Brasil foi feita para punir os pobres e desassistidos. É exatamente por isso que existem tantos recursos e manobras protelatórias.

Uma Reforma Política Democrática e Participativa

Quando se fala em “Reforma Política”, temos de inicialmente definir a abrangência a ser conferida ao uso da expressão. Reformar a polis implica em mudar todo o modo como nos relacionamos com o Estado e entre nós mesmos na condição de cidadãos. Isso implica num universo sem tamanho, que abrange a operação de todas as funções públicas, como as do Legislativo, Executivo e Judiciário, as concessões públicas, os tributos, a relação entre os poderes e o exercício dos direitos políticos. Isso para dar apenas uma pincelada superficial. Por isso, antes de mais nada, devemos eleger um ponto de partida para esta abordagem.

Falo da reforma das leis eleitorais. Não se trata de uma questão menor. O tema corresponde ao centro de grandes indagações que se apresentam aos defensores da democracia em todo o mundo. A quem serve o Estado? Como assegurar igualdade de condições no acesso ao governo, como presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos? Como converter o projeto democrático, inicialmente pensado para servir a uma só classe social, em um instrumento de inclusão e partilha do poder?

Neste contexto, uma reforma profunda das instituições eleitorais se converte no espaço adequado para o estabelecimento de balizas para a solidificação de direitos atinentes à isonomia, à inclusão e à definição de um novo diálogo entre segmentos sociais ontologicamente dessemelhantes.

As eleições sempre ocuparam mais a atenção de pessoas engajadas na luta dos partidos. Entretanto, desde o final da década de 90 do século passado demos início a uma nova abordagem. Fizemos um primeiro ensaio rumo à substituição de paradigmas quando, atendendo a uma mobilização iniciada pela Igreja Católica, conquistamos a nossa primeira lei de iniciativa popular. Ela dizia o óbvio: aquele que praticar a compra de votos ou desviar bens e serviços públicos para fins eleitorais deve ser afastado da condição de candidato. Uma medida importante, embrionária é certo, mas que continha em si uma perspectiva nova, baseada na necessidade de mudança não das pessoas dos mandatários, mas das regras do jogo eleitoral.

Essa experiência se fortaleceu dez anos depois com a conquista de uma lei ainda mais emblemática: a Lei Complementar nº 135/2010, conhecida no meio popular como a “Lei da Ficha Limpa”.

Essas experiências fizeram com que se ampliasse o número de pessoas e organizações sociais dispostas a rever suas agendas, nelas incluindo preocupações com o “desenho” das nossas instituições eleitorais, de modo que elas possam atender melhor à sua missão de assegurar justiça e transparência ao processo.

Lançando um olhar crítico sobre as regras que definem as nossas eleições, hoje concluímos que a sua superação constitui uma

tarefa tão necessária quanto imediata. De fato, temos muito a fazer.

O financiamento de campanhas é um dos primeiros pontos a serem contemplados em uma redefinição dos padrões eleitorais. O certo é que o dinheiro é decisivo para o alcance dos resultados eleitorais positivos. Estudo de Leany Barreiro Lemos, Daniel Marcelino e João Henrique Pederiva, analisando as disputas para a Câmara dos Deputados e para o Senado nos anos 2002 e 2006, concluiu que “os candidatos vencedores gastaram, em média, cinco vezes mais do que os adversários”.

Além de o dinheiro influir decisivamente para a vitória eleitoral, ele provem de um número diminuto de setores da economia. E dentro de cada segmento, de uma quantidade pequena de grandes doadores. Segundo dados do jornal Folha de São Paulo, nas eleições municipais de 2012 apenas três empreiteiras investiram R\$ 151,7 milhões dos R\$ 637,3 milhões recebidos pelas siglas a título de doações ocultas.

Essas distorções acontecem em virtude da conjunção de três distintos fatores: a) a autorização presente na Lei das Eleições para que pessoas jurídicas atuem como doadoras de campanha; b) a definição do máximo a ser doado em um percentual sobre o rendimento observado no ano anterior, o que favorece as empresas maiores; c) sistema de prestação de contas eleitorais destituído de transparência e auditabilidade.

Tal deficiência há de ser extirpada por meio da vedação das doações empresariais, algo que pode se dar por meio de reforma legislativa ou pela via da declaração da inconstitucionalidade das regras que autorizam o recurso a essa fonte de financiamento. O modelo pode perfeitamente ser substituído por um sistema que mescle fontes públicas e doações de pessoas físicas submetidas a limite baixo e fixo, com prestação de contas online e em tempo real.

Além disso, é preciso substituir o ultrapassado sistema de votação para o preenchimento de cadeiras parlamentares. O método atual, sem paralelo no mundo, transmite ao eleitor a falsa impressão de que está votando em um candidato individual, quando na verdade contempla um voto partidário anterior. Assim, todos os votos são contabilizados para assegurar a eleição de alguém, embora a maioria dos votos seja outorgada a candidatos que não obtiveram êxito no pleito eleitoral.

Quis neste texto enfatizar apenas dois aspectos importantes da urgente necessidade de reforma das nossas leis eleitorais. Há outros pontos de igual importância, como a necessidade de fortalecimento da presença feminina e de outros grupos sub-representados no parlamento bem como o fortalecimento dos mecanismos de exercício da democracia direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular).

* MÁRLON REIS é Juiz de Direito, cofundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e autor do livro “O Nobre Deputado”.



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lúcia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Sylvia Dietrich

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Sindicatos se unem pela Reforma Política

SENGE-RJ e outras entidades tem como objetivo trazer o debate para os trabalhadores

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), em conjunto com outras entidades representativas dos trabalhadores, está participando do "Comitê Sindical para a Reforma Política". O objetivo é trazer o debate para os trabalhadores, para a base.

"As pessoas ainda conhecem muito pouco desse projeto. É importante que todos estejam mobilizados", afirma o diretor do Senge-RJ Victor Marchesini.

Entre os dias 1 e 7 de setembro deste ano, os brasileiros puderam

participar de um plebiscito, respondendo a uma simples pergunta: "Você é a favor de uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?". A ação é proposta pelo Comitê para a Reforma Política, que vem se reunindo na sede do SENGE-RJ.

"Buscamos uma reforma no sistema político porque há uma crise de representação. Ele não representa mais os anseios democráticos da população. O interesse privado é quem dita as regras do jogo", critica Victor.

No entanto, é preciso frisar que um plebiscito, hoje, não tem



o poder para mudar a Constituição. Como apenas o Congresso

pode solicitar plebiscitos, esse movimento será usado como instrumento de pressão. Um dos grandes objetivos é que os brasileiros possam começar a se conscientizar politicamente.

Saiba mais sobre o "Comitê Sindical para a Reforma Política" na sua página

oficial do Facebook e acompanhe as novidades do movimento.

CONGRESSO

CONSENGE homenageia o engenheiro Rubens Paiva

Este é o primeiro evento de um ciclo promovido pela FISENGE e pelo SENGE-RJ

O engenheiro e político brasileiro Rubens Paiva foi homenageado durante o "10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros" (Consenge), entre os dias 27 e 30/8, em Búzios (RJ). Rubens foi assassinado pela ditadura militar e foi um lutador pela liberdade e democracia do país. Ao todo, 18 painéis apresentados remontam a história combativa de Rubens Paiva, o que inspirou o então deputado Almino Affonso a elaborar a principal lei dos engenheiros e das engenheiras: a Lei Salário Mínimo Profissional (4.950-A). Esta foi a primeira de um ciclo de homenagens que a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) irão promover ao longo deste ano.

Na abertura do Congresso (27/8), o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, falou sobre "Um projeto de nação para o Bra-



sil". Também esteve presente o prefeito de Búzios, André Granado, entre outras autoridades. No mesmo dia, houve uma homenagem ao engenheiro Rubens Paiva, com a presença de Vera Paiva, e a exposição "Rubens Paiva, presente!", com a curadoria do jornalista Vladmiri Sacchetta. Também foi realizado o lançamento do livro "Fisenge 20 anos: duas décadas de lutas e esperanças", produzido pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC).

Com o tema "Um projeto de nação para o Brasil", o 10º Congresso também debateu dois temas centrais: "O papel do Estado brasileiro no desenvolvimento nacional" e "O papel do movimento

sindical frente às modificações do mundo do trabalho". No dia 28/8, a palestra "O Papel do Estado Brasileiro no Desenvolvimento Nacional" foi ministrada pelo ex-diretor da Cepal e professor da UFRJ, Ricardo Bielshowsky; pelo Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério do Planejamento, Maurício Muniz Carvalho, e pela presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Bartíria Lima.

No dia 29/8, palestras sobre "O Papel do Movimento Sindical Frente às Modificações do Mundo do Trabalho" foram ministradas pelo doutor em Sociologia pela USP e professor do Instituto de Es-

tudos Sociais e Políticos da UERJ, Adalberto Moreira Cardoso; pelo secretário nacional de previdência, aposentados e pensionistas da CTB, Pascoal Carneiro, e pela secretária nacional de saúde do trabalhador da CUT, Junéia Batista. O Congresso - organizado pela Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros (Fisenge) e pelo o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) - é um dos mais importantes fóruns de debate da categoria, com repercussão em todos os estados.

De acordo com o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, o Consenge tem o objetivo de debater os grandes temas nacionais e contribuir na formulação de políticas públicas. "Iremos debater o papel do Estado Brasileiro. Entendemos o Estado como elemento estruturante e indutor de desenvolvimento", afirmou Bittencourt. O 10º Consenge será desdobrado na elaboração de uma proposta, cujo documento será entregue aos pré-candidatos à Presidência da República. Um relato mais detalhado do Congresso será publicado em matéria especial.



A evolução do crédito na economia brasileira de 2008 a 2013¹

O crédito desempenha importante papel nas economias capitalistas modernas, uma vez que assume papel essencial no financiamento dos investimentos dos setores produtivos e do consumo das famílias.

No Brasil, a oferta de crédito, medida pela relação crédito/PIB, sempre foi historicamente baixa em comparação a outros países, a despeito de o sistema financeiro de nosso país ser considerado um dos mais sólidos e desenvolvidos do mundo, na atualidade.

Uma das razões para explicar essa aparente contradição é que, em virtude de certas características do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, os bancos, em vez de financiar preferencialmente as atividades produtivas, optaram por aplicar seus recursos na rolagem da dívida pública, devido à atratividade dos juros. Ainda assim, a relação crédito/PIB, que era 23,8%, em dezembro de 2002, passou a 55,8%, em fevereiro de 2014².

A oferta de crédito tem se elevado no país devido a uma série de fatores, entre eles, a retomada do crescimento econômico, a forte recuperação do mercado formal de trabalho e o crescimento dos rendimentos do trabalho, impulsionado pela política de valorização do salário mínimo e pelos ganhos reais obtidos por diversas categorias nas negociações coletivas. Além disso, houve uma clara orientação de política econômica, na última década, no sentido da ampliação do crédito, especialmente pelos bancos públicos federais e pelo BNDES, com vistas à sustentação do crescimento econômico, em resposta aos efeitos da crise econômica mundial. Com este objetivo, diversas modalidades de crédito foram criadas, aperfeiçoadas e ampliadas, como o crédito consignado em folha de pagamento, os cartões de crédito, o crédito para aquisição da casa própria e o crédito rural, entre outros.

No entanto, a atuação das instituições financeiras brasileiras, no processo recente de ampliação do crédito, não ocorreu de forma homogênea. Os bancos públicos tiveram um papel de destaque com a propagação da crise econômica internacional, no final de 2008, e, também, a partir de abril de 2012,

quando foram acionados pelo governo federal para reduzir o spread bancário³. Como resposta à crise, os bancos privados promoveram forte retração do crédito. Frente ao que a oferta de crédito passou a ser crescentemente sustentada pelos bancos públicos, que atuaram de forma anticíclica⁴ para evitar uma maior desaceleração da economia. A atuação dos bancos públicos ocorreu em todas as modalidades de crédito – pessoa física e jurídica, recursos livres e direcionados. Houve aumento da participação dessas instituições no total do crédito ofertado à economia brasileira. Nos bancos públicos, o saldo das operações de crédito cresceu 210% em termos reais, enquanto nos bancos privados nacionais e estrangeiros, a expansão foi de 54% e de 46%, respectivamente. Em função disso, a participação relativa dos bancos públicos, no saldo total das operações de crédito da economia, saltou de 36%, em janeiro de 2008, para 51%, em dezembro de 2013. Em consequência, os bancos privados nacionais e estrangeiros reduziram a participação na oferta de crédito, de 43% para 33% e de 21% para 16%, respectivamente.

Entre as modalidades de crédito que tiveram melhor desempenho no período, destaca-se o crédito com recursos direcionados – crédito imobiliário, rural e recursos do BNDES para investimentos, microcrédito e agroindústria, conforme veremos alguns destaques a seguir.

O volume do saldo da carteira de crédito direcionado para aquisição e financiamento imobiliário cresceu 4,7 vezes (474,8%) entre 2008 e 2013. Esse crescimento se refletiu na maior participação da carteira de crédito imobiliário no total dos recursos direcionados, que era de 15,7%, em janeiro de 2008 e passou a ser de 33%, em dezembro de 2013. Vários fatores influenciaram esse crescimento substancial do crédito habitacional, como o aumento da renda das famílias, a estabilidade econômica, a entrada e maior atuação dos bancos privados nessa modalidade de crédito, uma vez que grande parte

destes financiamentos era realizada pelos bancos públicos, principalmente a Caixa Econômica Federal, além do incentivo do governo aos programas como o “Minha Casa, Minha Vida”.

O crédito rural – destinado aos produtores, cooperativas e associações, com o objetivo de estimular a produção agrícola, os investimentos e a comercialização de produtos agropecuários – representava 3,4% do PIB, em janeiro de 2008. Ao longo desse período, tal como ocorreu com a maioria das linhas de crédito da economia, esse percentual se ampliou, passando a representar 4,6% de toda a riqueza gerada no país. Vale lembrar que somente o Banco do Brasil tem 66,1% de participação de mercado em créditos rurais e agroindustriais.

No que se refere à atuação do BNDES, destacam-se as linhas de crédito “capital de giro” e “financiamento de in-

Os bancos públicos tiveram um papel de destaque com a propagação da crise econômica internacional, no final de 2008

vestimentos”, para pessoa física e para pessoa jurídica. O saldo do crédito para capital de giro com recursos do BNDES para pessoas jurídicas apresentou crescimento real acumulado de 99%, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2013, alcançando o patamar de R\$ 23,052 bilhões.

No mesmo período, o financiamento de investimentos às empresas apresentou crescimento real de 170%, chegando a R\$ 482,686 bilhões.

No que tange ao crédito com recursos livres, o consignado foi um dos destaques no empréstimo voltado ao incremento do consumo das famílias, amparado na recuperação dos indicadores do mercado de trabalho e da renda. Em dezembro de 2013, o saldo total das operações de crédito consignado da economia brasileira foi de R\$ 221,8 bilhões, sendo R\$ 17,9 bilhões destinados aos empregados da iniciativa privada, R\$ 137,1 bilhões aos do setor público e R\$ 66,7 bilhões aos aposentados e pensionistas do INSS. Em relação a janeiro de 2008, o saldo total destas operações teve crescimento real acumulado de 128,9%. O maior crescimento ocorreu entre os trabalhadores do setor privado, de 155,4%, seguido de

134,4% entre os trabalhadores do setor público e 112,9% entre aposentados e pensionistas. Contudo, quando se observa o comportamento das taxas de crescimento real do saldo das operações de crédito consignado, acumulado em 12 meses, nota-se uma expansão mais acelerada, a partir do final de 2009 e até o início de 2011. Desde então, as taxas de crescimento desaceleram e, em 2012 e 2013, praticamente retornam aos patamares vigentes no início do período.

Há de se ressaltar, entretanto, que apesar do crescimento verificado, a continuidade da expansão do crédito no país, especialmente dos recursos direcionados, depende de uma série de fatores. Em termos mais pontuais e imediatos, destacam-se as recentes medidas do governo que visam permitir a portabilidade de crédito entre instituições financeiras e que levem ao aumento da concorrência e da redução das taxas de juros. Do ponto de vista estrutural, os desafios estão colocados pela elevada taxa de juros e altos spreads do sistema financeiro nacional, uma vez que não é possível ampliar a oferta de crédito de forma persistente e segura, isto é, sem aumentar a inadimplência na vigência de juros e spreads tão elevados.

A experiência recente mostra que a tentativa de redução de juros e spreads enfrenta forte resistência por parte dos setores rentistas, entre eles, os grandes bancos, que detêm parcela expressiva dos títulos da dívida pública brasileira corrigidos pela variação da taxa básica de juros da economia. Ou seja, a ampliação da oferta de crédito requer alterações em um dos fundamentos que têm alicerçado a política macroeconômica do país há praticamente duas décadas. Sem isso, o país não alcançará níveis mais elevados de crescimento econômico e, principalmente, de desenvolvimento com distribuição de renda.

¹ Este texto foi elaborado a partir da Nota Técnica n.º 135, “A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013”, publicada em maio de 2014 pelo DIEESE. Para ler a versão integral, acesse o endereço eletrônico <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>.

² Informações apuradas pelo Banco Central do Brasil.

³ Em linhas gerais, spread bancário pode ser entendido como a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que ele mesmo paga ao realizar uma captação.

⁴ Atuação anticíclica corresponde, sinteticamente, à busca de reversão das flutuações econômicas, em especial nos momentos de retração ou expansão da atividade.

JORNALISTA É TRABALHADOR! CHEGA DE VIOLÊNCIA!



Senge-RJ manifesta apoio ao Sindicato dos Jornalistas

O SJPMRJ está sofrendo com sucessivas acusações inverídicas

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) se solidariza com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (SJPMRJ) que está sofrendo com sucessivas acusações inverídicas.

O Sindicato dos Engenheiros

repudia a tentativa de derrubar uma diretoria sindical através da truculência e da desinformação. A cobertura parcial de grandes veículos de comunicação indicam que está em curso uma articulação de caráter golpista e anti-democrática.

É importante ressaltar que a atual gestão do sindicato conse-

guiu, em um curto período, vitórias concretas em termos de ganhos salariais e direitos trabalhistas nas redações cariocas, o que certamente incomodou muito os patrões.

A participação democrática da categoria nos debates, assembleias e no cotidiano do sindicato é positiva, fortalece

o sindicato e deve direcionar a luta dos trabalhadores.

A atual diretoria do Sindicato dos Jornalistas venceu as eleições legitimamente nas urnas. E é nas urnas que essa disputa deve ser feita, sem interferência da mídia, dos patrões, respeitando a autonomia e organização dos jornalistas.

ANAPAR

SENGE-RJ oferece consultoria sobre previdência

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), em parceria com a ANAPAR, presta consultoria sobre previdência complementar fechada, ou seja, aquelas oferecidas pelas empresas ou associações de classe aos seus trabalhadores ou associados/vinculados, respectivamente.

O atendimento é realizado às terças-feiras entre 9h e 13h, mediante agendamento prévio. Para marcar seu atendimento ligue para 3505-0712/ 3505-0723.



**CONSULTORIA SOBRE
PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR FECHADA**

VISITE O SITE DO
SENGE E CONFIRA OS
OUTROS SERVIÇOS
OFERECIDOS PELA
ANAPAR.



ANAPAR
Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão

Senge-RJ

SENGE-RJ envia carta ao prefeito Eduardo Paes

Sindicato demonstrou apoio à luta dos professores por melhores condições de trabalho

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) enviou ao prefeito do Rio, Eduardo Paes, uma carta de apoio ao Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ (SEPE) e à luta dos professores por melhores condições de trabalho.

No documento, o SENGE-RJ afirma que apoiou a greve dos profissionais da educação "porque acredita que, para evoluirmos na construção de um projeto para o país, o caminho não poderá ser outro que não seja através da educação. Somos testemunhas do tratamento degradante dado a esses profissionais ao longo das últimas décadas e, mesmo assim - ainda bem - há aqueles que continuam insistindo em prosseguir no caminho de levar cultura e educação ao povo brasileiro".

► Leia a carta completa ao lado

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Um sindicato de categoria

Rio de Janeiro, 29 de Julho de 2014.

Ofício nº 7765/2014 – DIR

Excelentíssimo Senhor Eduardo Paes
Prefeito do Rio de Janeiro,

Esta Casa que representa os engenheiros do Rio de Janeiro e deve aos professores a formação de seus profissionais, tem certeza de que o desenvolvimento, não só da engenharia, mas de todas as profissões necessárias ao engrandecimento desse Estado e desse país, dependem de uma educação de base com qualidade.

O SENGE apoiou a greve dos profissionais da educação do Rio de Janeiro porque acredita que, para evoluirmos na construção de um projeto para o país, o caminho não poderá ser outro que não seja através da educação. Somos testemunhas do tratamento degradante dado a esses profissionais ao longo das últimas décadas e, mesmo assim - ainda bem - há aqueles que continuam insistindo em prosseguir no caminho de levar cultura e educação ao povo brasileiro.

Os profissionais de educação estão entre as profissões mais respeitadas em qualquer país onde exista desenvolvimento, cidadania e progresso. Porque no nosso país não é assim? Porque o BRASIL, através dos seus gestores, insiste em tratar de maneira tão depreciativa a cultura e a educação? Acreditamos que, para sair da nossa sina de eterno país do futuro, necessitaremos do esforço do governo e de todas as entidades comprometidas em tornar viva, em cada brasileiro, a necessidade da educação.

Os profissionais de educação são a chave para iniciarmos este processo. Por isso nos preocupamos pela situação dessa classe que, ao reivindicar melhores condições de trabalho e a valorização que certamente merecem, foram mais uma vez na história deste país (e notadamente deste Município) menosprezados, e muitos agredidos física e moralmente, nas suas lutas por justas reivindicações. A relação entre o estado e os profissionais de educação não pode ser administrada como uma simples relação entre patrão e empregado. É muito mais: é aliança, é comprometimento, é o planejamento compartilhado entre o estado, a classe e a sociedade. Passou em muito a hora de mudarmos o rumo na condução da educação. Devemos isso à sociedade e sendo assim, não podemos nos omitir e nem desistir.

O SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO RIO DE JANEIRO, reivindica à V.Ex.^a que reflita sobre a possibilidade de promover, de modo pioneiro neste país, uma revisão completa no que tange ao modo de abordar este problema tão importante. Nós do SENGE/RJ, estaremos sempre à disposição, e sinceramente aguardamos que V.Ex.^a decida por melhores caminhos nesta empreitada.

Sendo assim, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Olimpio Alves dos Santos
Presidente

CVL/SUBG/GIL - PROTOCOLO
31 JUL 2014
RECEBIDO EM ___/___/___ HS. ___
RUBRICA _____ MATRÍCULA _____

Moisés Carvalho Nascimento
Substituto Eventual do Diretor da
Divisão de Comunicações Administrativas/GI
Mat. 12/118.535-4



Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

Av. Rio Branco, 277 - 17º and. - Centro - RJ - Cep: 20040.904 - Tel.: (21) 3505 0707 - Fax (Administração): 3505 0733 - Fax (Diretoria): 3505 0739 - Fax (Jurídico): 3505 0720
www.sengerj.org.br - sengerj@sengerj.org.br - twitter.com/sengerj - Facebook: Senge Rio

Engenheiro, fortaleça seu sindicato. Assinale o nº 27 no espaço das entidades em sua ART.

Gilberto Carvalho discute reforma política



Gilberto Carvalho fala aos engenheiros sobre a importância de avançar na luta pelas reformas necessárias no Brasil

O objetivo foi abrir mais um espaço de diálogo com os movimentos sociais

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SEN-GE-RJ) recebeu na noite do dia 08/08 movimentos sociais para dialogar com o Ministro da Secretaria-Geral da República, Gilberto Carvalho e a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães.

O Ministro afirmou que "precisamos avançar em nosso projeto e enfrentar as reformas necessárias". Ele destacou a importância da Política Nacional de Participação Social, tão criticada pelos setores conservadores.

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Santos, saudou a todos e passou a direção da mesa para o vice-presidente do sindicato e secretário-geral da Fisenge, Clovis Nascimento.

"O SENGE tem um histórico de luta que abriga os movimentos sociais em sua casa, contribuindo para a formulação de políticas públicas", disse Clovis.

DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Sindicato debate sobre Marco Civil da Internet

O deputado federal Alessandro Molon esteve no Sindicato para falar sobre a lei 12.965

“Nunca houve um projeto tão colaborativo na Câmara dos Deputados como o Marco Civil da Internet”, afirmou o deputado federal (PT-RJ), Alessandro Molon.

O deputado foi o relator do projeto de lei sancionado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 23 de abril de 2014, após tramitar por três anos no Congresso Nacional e

trancado a pauta da Câmara durante cinco meses. O Marco Civil da internet entrou em vigor no dia 23 de junho deste ano. Molon participou de um debate sobre o Marco Civil da Internet realizado no Sindicato dos Engenheiros (SEN-GE-RJ), no dia 10 de Julho.

Segundo o deputado, o Marco Civil da Internet é uma referência para o mundo. Ele destaca como grande diferencial o modo colaborativo como a lei foi elaborada, com efetiva participação da sociedade durante todo o processo – na elaboração e durante toda sua tramitação.

“A nova lei é um avanço, uma valiosa conquista de toda a sociedade. É um projeto de direitos humanos online”, avalia.

A LEI

Um dos mais importantes pontos aprovados no marco civil é a garantia do princípio da neutralidade.

O Art. 9º, por exemplo, impede que a operadora responsável pela transmissão trate de forma diferenciada os dados transmitidos. Ou seja: a operadora terá de tratar de forma isonômica os dados, indiferentemente do tipo do conteúdo (e-mail's, texto, vídeo, voz etc).

Uma das consequências é que não poderão cobrar preços diferenciados por tipo de conteúdo transmitido. Assim ela também impede a discriminação na velocidade do tráfego de dados por parte das operadoras de telefonia.

Com a lei, a qualidade e velocidade oferecidas, deverão ser sem condicionamento, sem diferenciação.

“Com a garantia da neutralidade é possível disputar opinião na sociedade. O marco garante a liberdade de expressão, não permite o controle de opiniões ou qualquer tipo de censura. Ao contrário, ele é a garantia de que a rede vai continuar livre, aberta e democrática”, afirmou o deputado.

Molon ressaltou a importância de fortalecer o Conselho Gestor da Internet (CGI), órgão que tem grande participação da sociedade civil, e que, segundo ele, num futuro próximo poderia se tornar uma agência reguladora da internet.

Sindicato promove a primeira **COPA SENGE**

O EVENTO REUNIU ENGENHEIROS DE DIVERSAS EMPRESAS PARA DISPUTAR O CAMPEONATO DE FUTEBOL DA CATEGORIA

A Copa SENGE - Engenheiro(a) Bom de Bola movimentou o Sindicato. A atividade esportiva contou com o envolvimento direto de mais de 150 engenheiros distribuídos em 12 times. O evento ocorreu nos dias 19, 20 e 27 de julho.

Jorge Antonio, diretor do SENGE-RJ e integrante da comissão organizadora do Copa SENGE, declara que os profissionais marcaram presença e já sugerem que novas edições sejam realizadas. Também fizeram parte da comissão os diretores do sindicato Jorge Saraiva, Marcos Antonio Barbosa e Adalberto Garcia Junior e pelo conselheiro Luiz Cosenza.

“A receptividade foi muito boa, pelo número de times inscritos e de profissionais envolvidos. O evento aproximou profissionais que, na maioria das vezes, encontram-se isolados em diversas empresas e instituições. Durante o contato mantido na divulgação recebemos sugestões de realizar torneios de outras modalidades de esporte. Muitos profissionais se mostram bastante animados com o evento e já sugerem que novas edições sejam realizadas”, diz Jorge Antonio.



TOCA RAUL foi o time campeão da COPA SENGE-RJ

Fotos da Copa SENGE de: Claudionor Santana





Evento organizado pelo SENGE-RJ foi um momento de entrosamento e confraternização entre a categoria

Toca Raul fica em primeiro lugar na Copa SENGE

A tarde chuvosa do dia 27 de julho não desanimou os jogadores da primeira Copa SENGE de futebol. A atividade esportiva foi promovida pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro. O time Toca Raul levantou o “caneco”. O segundo lugar ficou com o Portuga e o terceiro com o Bonsucesso. As partidas da semifinal e final foram realizadas no clube Cabana da Serra, no Grajaú. Os jogos classificatórios ocorreram nos dias 19 e 20/07.

O primeiro jogo da semifinal foi entre Bonsucesso e Toca Raul. A partida terminou em empate, 1 x 1. A decisão foi nos pênaltis. Toca Raul ganhou por 3 x 2. Na segunda partida, o Portuga fez cinco gols contra um do Boleiros e foi classificado para a final.

O time Boleiros desistiu de disputar o terceiro lugar e foi desclassificado. O Bonsucesso ganhou a medalha de bronze. A disputa pelo ouro ficou entre o Toca Raul e Portuga. O placar foi 5 x 2, nesta ordem.

CONFRATERNIZAÇÃO

O integrante da comissão organizadora, Luiz Cosenza, destaca a disposição de todos os profissionais que participaram dos jogos em dois finais de semana. Ele avalia que o mais importante foi que os jogos ocorreram em “um clima de grande confraternização da Engenharia. O evento foi um momento de descontração entre profissionais de diversas empresas”, afirma Cosenza.

Jorge Antônio, diretor do SENGE e integrante da comissão or-

ganizadora, afirma que o torneio abriu um novo canal de diálogo com a categoria, para melhor alcançar o objetivo do Sindicato, que é a defesa do profissional.

Guilherme Zanon, jogador do Toca Raul, conta que o time foi formado por profissionais de diversas empresas para participar do campeonato, mas, apesar do pouco tempo, a integração entre os jogadores foi muito boa e os levou a vitória. Ele afirma que a Copa SENGE superou suas expectativas e já conta com ►

Continuação ►

a realização dos próximos jogos e de novas modalidades esportivas.

O Portuga Futebol Clube foi criado para Copa SENGE e reuniu amigos de trabalho e faculdade. “Com muita animação, nós conseguimos chegar até a final”, comemora Guilherme.

O Bonsucesso foi montado a partir das inscrições individuais. “O nosso pequeno “cata-cata” virou um time bem montado”, afirmou Osmar Souza, engenheiro da prefeitura. A média de idade do time é 42 anos de idade. “A equipe se empenhou, se esforçou e conseguiu um resultado satisfatório. Estou muito feliz com o terceiro lugar”, avalia o jogador.

Mauro Silvestre, engenheiro da CEDAE e jogador do time Real Water, avalia que o campeonato foi bem organizado e os jogos ocorreram bem e sem violência. “O que mais valeu a pena foi ver a confraternização entre os times”.

David, engenheiro de telecom da Tim e jogador do time Boleiros, destaca que o campeonato serve como estímulo para que os trabalhadores façam alguma atividade física, apesar da sobrecarga do dia a dia.

TIMES QUE PARTICIPARAM DA COPA SENGE



- 1 - AMIGOS DO WALTER KFC
- 2 - ASCREA-RJ
- 3 - BOLERIOS FC
- 4 - COOPERAÇÃO
- 5 - ELETROPELADEIROS
- 6 - INTEGRAÇÃO
- 7 - MECÂNICA NELES
- 8 - PORTUGA FC
- 9 - REAL WATER
- 10 - TOCA RAUL
- 11 - TRIBULADOS
- 12 - VINGADORES



ELETROPELADEIROS.



ASCREA-RJ.



PORTUGA.



VINGADORES.



AMIGOS DO WALTER KFC.



REAL WATER.



MECÂNICA NELES



COOPERAÇÃO

O evento aproximou profissionais que, na maioria das vezes, encontram-se isolados em diversas empresas e instituições



BONSUCESSO.



TRIBULADOS.



BOLEIROS.

Luiz Cosenza participa de entrevista

Conselheiro fiscal do SENGE-RJ falou sobre a importância da vistoria predial

O conselheiro fiscal do SENGE-RJ Luiz Cosenza participou, na manhã desta quarta-feira (09), de uma entrevista para a Rádio MEC AM sobre a Lei Municipal que institui a obrigatoriedade de realização de vistorias técnicas nas edificações existentes no Município do Rio de Janeiro.

O Laudo Técnico de Vistoria Predial (LTVP) entrou em pauta depois de inúmeros desabamentos que ocorreram no Brasil, como o dos prédios da Avenida Treze de Maio, no Rio, em janeiro de 2012. Para regulamentar a autovistoria, em 2013, no Rio, foram criadas a Lei 6.400 e o Decreto 37.426.

Para melhor entendimento da Lei Municipal, o SENGE lançou um GUIA DE PROCEDIMENTOS para a elaboração de Laudo Técnico de Vistoria Predial, a fim de orientar e tirar dúvidas dos profissionais e síndicos em relação a citada Lei.

“Estamos incentivando que outras Entidades da Engenharia e Arquitetura elaborem publicações técnicas que venham a ajudar os profissionais, síndicos e a Sociedade a entender e tirar as dúvidas necessárias para que a

Lei seja realmente um grande instrumento para se evitar tragédias como a do Ed. Liberdade no Centro do Rio de Janeiro ou da Boate KISS em Santa Maria no Rio Grande do Sul”.

Para Luiz Cosenza, a vistoria deve ser feita em todas as unidades do imóvel, isto é, nos apartamentos ou salas comerciais, as chamadas unidades autônomas. Segundo ele, são nessas unidades que acontecem as maiores alterações do projeto original acarretando com isso sérios problemas tanto estruturais como nas instalações elétricas.

“O brasileiro, infelizmente, não tem tradição de se preocupar com a manutenção. As pessoas, por exemplo, dão mais importância a uma parede suja que uma pequena rachadura desde que ela possa ser escondida por uma cortina ou um armário”.

Segundo Luiz Cosenza, outro ponto que merece toda a atenção por parte dos síndicos e dos proprietários das unidades é o grande aumento de carga nas instalações elétricas.

“Segundo levantamento, mais de 85% dos incêndios no Rio de Janeiro

são provocados por curto circuito nas instalações elétricas. Ao longo dos anos, novos equipamentos foram lançados pelas indústrias e a melhor divisão de renda da população e a facilidade de crédito no comércio deram oportunidade a que boa parte da população tivesse acesso a esses bens de consumo o que gerou um grande aumento de consumo de energia sem que esse aumento viesse acompanhado pela melhoria das instalações elétricas”.

Luiz Cosenza ressalta que dependendo da complexidade da edificação o condomínio deve contratar uma equipe multidisciplinar podendo ser necessário que a autovistoria seja feita por uma equipe de engenheiros (civil, eletricitista e mecânico) e arquitetos. Além disso, para todo serviço contratado a um engenheiro ou arquiteto, deve ser exigida sua ART-Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT-Registro de Responsabilidade Técnica, respectivamente, pois essa é a garantia de que o contratante tem que os serviços serão realizados conforme contratado, pois ela serve como

um contrato perante os Conselhos.

O GUIA DE PROCEDIMENTOS foi elaborado após a realização de cinco seminários, com a participação de mais de 500 profissionais. A coordenação é de Luiz Cosenza e a colaboração de Marco Antonio Barbosa, Luis Antonio Fonseca Punaro Baratta, Ivan Ribeiro da Conceição e Marcus Possi. O GUIA está sendo distribuído gratuitamente na Sede do Senge-RJ e está disponível para download na página do Sindicato (www.sengerj.org.br).

Os engenheiros participantes dos Seminários puderam sugerir mudanças na legislação, que foram apresentadas nesta segunda-feira (07) ao Secretário Municipal Chefe da Casa Civil, Guilherme Nogueira Schleder.

Nossos agradecimentos a todos os profissionais que direta ou indiretamente participaram da elaboração do GUIA DE PROCEDIMENTOS, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas e a Associação Brasileira de Engenheiros Civis, tornando-o uma construção coletiva e de extrema importância para toda a Sociedade.

Arquivo SENGE



Da esquerda para a direita: Albano Correa, Adilson Macabu, Marcus Ferré, Roberto de Abreu e Silva, Sergio Abunahman, Gilberto Adib Couri, Luiz Cosenza e José Chacon de Assis

Conselheiro é homenageado

O conselheiro fiscal do Senge-RJ Luiz Cosenza foi homenageado durante a formatura do curso de Engenharia Legal, Avaliações e Perícias Judiciais. O curso é reali-

zado pela PUC-Rio e ministrado pelo engenheiro Sergio Abunahman.

Luiz Cosenza recebeu uma placa e um diploma das mãos do

Ministro Adilson Macabu e do engenheiro Gilberto Adib Couri. O desembargador Roberto de Abreu e Silva também foi homenageado.

Em todas as formaturas do curso, um engenheiro e um magistrado são homenageados.

O evento foi realizado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Cosenza comenta o legado da Copa

Conselheiro do SENGE-RJ discutiu os problemas de mobilidade no Rio

O conselheiro do SENGE-RJ Luiz Cosenza participou de um debate sobre o legado da Copa do Mundo para o Rio de Janeiro na Rádio Nacional AM.

Para Luiz Cosenza, a mobilidade urbana durante a Copa foi surpreendente, mas, segundo ele, isso não é um elogio. Aconteceu apenas porque foi decretado feriado nos dias de jogos no Maracanã. “O usuário padrão foi substituído pelos turistas”, disse ele.

Cosenza acredita que, com o fim da Copa, os problemas de mobilidade continuarão os mesmos. “A solução de emergência está funcionando, mas não temos mudanças reais. Além disso, temos críticas às obras que estão sendo feitas. A Transcarioca, por exemplo, deveria ser sobre trilhos e não sobre rodas”, defende.

Também participaram o diretor do Sindicato Alcebíades Fonseca e Uiara Martins, do Fórum de Mobilidade Urbana do Clube de Engenharia.



O Bonde de Santa Teresa faz parte da memória afetiva do histórico bairro

Três anos sem o Bonde de Santa Teresa

Moradores sofrem com a falta do bondinho, símbolo afetivo do bairro, que afeta a rotina e comércio da região

Há três anos, Santa Teresa teve que se acostumar com uma nova realidade para o centenário bairro. Após um grave acidente, que matou cinco pessoas e deixou outras 54 feridas, os tradicionais bondinhos foram retirados de circulação. Desde então, os moradores de Santa Teresa lutam para ter o bonde de volta.

“O bairro respira o bonde. Ele é a identidade de Santa Teresa, que cresceu e se desenvolveu graças ao bonde. Os bares e restaurantes exibem quadros com o desenho dele e adesivos do bonde ‘chorando’ podem ser vistos em janelas e carros dos moradores”, diz o conselheiro fiscal do Senge-RJ Luiz Cosenza.

Metade dos 14 bondes foi reformada após o acidente, mas não entrou em circulação por desrespeitarem o tombamento histórico do veículo. Além disso, a escolha da empresa para a reforma causou controvérsia. A TTrans S.A. foi responsável pela reforma em 2005 e tinha contrato de manutenção, assinado em 2011, ano em que ocorreram dois acidentes: o mais grave, que vitimou cinco pessoas, e o outro, que matou uma professora.

“Toda obra de restauração e reforma do bonde é uma sucessão de mentiras preconizadas pelo governo do estado e

pelas empresas contratadas por ele. Um exemplo da mentira são os prazos. A obra da Joaquim Murtinho estava prevista para quatro meses. Já passam de oito”, critica Paulo Saad, presidente da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (AMAST).

“Os moradores são os mais prejudicados. Sem ele, o turismo, o comércio e o transporte na região são afetados porque o bonde se adequa perfeitamente às ne-

“O bonde é a identidade de Santa Teresa, que cresceu e se desenvolveu graças a ele.”

cessidades da região”, defende Cosenza.

Um morador que trabalhe no Centro do Rio, por exemplo, demorava cerca de 15 minutos para se locomover ao centro do bairro utilizando o bondinho. Já de ônibus, em linhas como 006 e 014, o trajeto demora quase uma hora nos horários de pico por causa do engarrafamento.

“Não existe no governo ninguém que trate a questão do bonde com seriedade, como o transporte do bairro. O serviço à

população não é tratado como prioridade. A prioridade, para este governo, são os negócios com as empresas”, afirma Paulo Saad. “O governo não quer contratar funcionários, comprar materiais, equipamentos adequados para a oficina a fim de restaurar, reformar e manter o bonde histórico. Na esfera da acumulação de contratos, esse serviço à população não o interessa. Eles só querem saber de onde existem negócios e atender aos interesses das empreiteiras”.

“O bonde é histórico, tem a alma do bairro, não é poluente, é mais rápido e ainda é terapêutico. É delicioso receber a corrente de ar quando ele passa pelos Arcos da Lapa”, sustenta o conselheiro do Senge-RJ.

A Central comprou 14 novos bondes - além dos que estão na garagem. No entanto, eles ainda serão entregues e passarão por uma fase de testes. O trilho e a rede aérea também estão sendo reformados, mas ainda não há previsão para que fiquem prontos.

O ex-secretário da Casa Civil Régis Fichtner chegou a prometer a inauguração a tempo da Copa do Mundo. O governo estadual afirmou que o primeiro trecho reformado, de 1,4 quilômetros, seria aberto para testes em agosto. A rede completa tem 17 quilômetros de extensão.

Ação da Data-base

A ação conhecida como “Data-base Furnas” (a mais antiga ação coletiva do Senge-RJ) está em fase de conclusão. Após mais uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho favorável ao Senge-RJ, Furnas recorreu para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a decisão do TRT/RJ. Assim, Furnas entrou com um recurso para o STF em 10/03/2014 e, em 23/05/2014, este não foi admitido pelo TST, ou seja, mais uma vez, a decisão foi favorável aos engenheiros e permaneceu sem alterações.

Furnas entrou com outro recurso para o STF (Agravo em Recurso Extraordinário) em 02/06/2014 e, novamente, não conseguiu alterar a decisão. Em 05/09/2014 foi publicado o acórdão que negou seguimento do recurso de FURNAS para o STF.

De acordo com a assessora Jurídica do Senge-RJ, Daniele Gabrich, a Justiça do Trabalho já aplicou multa em Furnas por litigância de má-fé, pelo excesso de recursos protelatórios. A empresa

tem pouca chance de êxito em sua tentativa de alterar a decisão favorável aos engenheiros.

Furnas já pagou, por determinação da justiça, como parcela incontroversa, cerca de R\$75 milhões aos engenheiros (substituídos processualmente pelo Senge-RJ, autor da ação). Os recursos de Furnas, que vêm sendo derrotados seguidamente na Justiça do Trabalho, referem-se à parcela devida aos engenheiros e ainda não paga pela empresa. A avaliação da direção do Senge-RJ é de que o processo se aproxima do seu encerramento com a condenação final da empresa e pagamento aos substituídos.

Fazem parte da ação 851 engenheiros. O Senge-RJ entrou com a ação em 1981 pedindo o pagamento de diferenças salariais em função do reajuste que não foi concedido na data-base. Do total de 851 engenheiros que entraram com a ação, 101 já morreram. Os 750 que ainda estão vivos têm, em média, 65 anos. Há 54 engenheiros com 75 anos ou mais.

■ PERGUNTE AO JURÍDICO



• **Tenho jornada de trabalho menor de seis horas diárias da minha empresa. Devo receber o Salário Mínimo Profissional (SMP) proporcionalmente às horas em que trabalho?**

– Não. A Lei 4.950-A fica um mínimo profissional de 06 (seis) salários mínimos para uma jornada diária de 06 horas de trabalho. Portanto, mesmo que o engenheiro trabalhe menos de 06 horas por dia, ele deve receber o equivalente ao salário mínimo profissional determinado na Lei.

• **Sou engenheiro, mas trabalho em uma empresa de Construção Civil. Recebo o reajuste salarial negociado pelo SENGE-RJ?**

– Não. Como o SENGE-RJ não negocia com as empresas de construção civil,

o reajuste salarial é implementado, neste caso, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro. O mesmo acontece com outras empresas em que o SENGE-RJ não participa da negociação coletiva.

Observação: Caso o engenheiro ganhe o SMP, ele será reajustado sempre que houver alteração no salário mínimo nacional. Além disso, também terá todas as vantagens do acordo coletivo da empresa, como ticket, plano de saúde, seguro, etc... No entanto, caso seu salário esteja acima do piso, este receberá o reajuste implementado pelo acordo coletivo.



• Participe! Envie suas dúvidas para: imprensa@sengerj.org.br

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2014

Fonte: Dieese

No primeiro semestre de 2014, aproximadamente 93% das 340 negociações analisadas no Estudos e Pesquisas 73 conquistaram reajustes salariais acima do INPC-IBGE. A maioria dos reajustes teve ganhos reais de até 3%. No painel analisado desde 2008, os ganhos são menores apenas que os de 2012 e, em parte, de 2010.

Foram analisados os reajustes de 340 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços em todo o território brasileiro. Os reajustes foram extraídos dos

acordos e convenções coletivas de trabalho assinados por essas unidades de negociação.

Para o cálculo dos ganhos reais auferidos, utilizou-se a inflação medida pelo INPC – IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dado que é o indicador mais utilizado como referência nos processos de negociação coletiva. Também foram calculados os ganhos reais a partir da comparação com o Índice do Custo de Vida do Dieese (ICV-Dieese). Leia o estudo completo no site: www.dieese.org.br.

Distribuição dos reajustes salariais do primeiro semestre, em comparação com o INPC-IBGE Brasil - 2014

Variação	Nº	Nº
Acima do INPC-IBGE	317	93,2
De 4,01% a 5% acima	7	2,1
De 3,01 a 4% acima	19	5,6
De 2,01% a 3% acima	68	19,4
De 1,01% a 2% acima	153	45,0
De 0,01% a 1% acima	72	21,2
Igual ao INPC-IBGE	14	4,1
De 0,01% a 1% abaixo	9	2,6
Abaixo do INPC-IBGE	9	2,6
Total	340	340

Fonte: DIEESE, SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nova CEDAE: contradição entre o discurso e a prática

No dia 04 de setembro, o presidente da CEDAE, Wagner Victor, anunciou a abertura de uma gigantesca licitação no valor total de 3,4 bilhões de reais para obras de abastecimento de água na região da Baixada Fluminense. A cerimônia contou com ilustres presenças como os prefeitos de Duque de Caxias, Alexandre Cardoso, Nova Iguaçu, Nelson Bornier, e o Secretário da Casa Civil e presidente do conselho da CEDAE, Leonardo Espíndola, além da imprensa que cobriu o anúncio.

O presidente da CEDAE, em um entusiasmado discurso, disse que o sucesso deste empreendimento, que consiste na implementação de 17 novos reservatórios e estações de bombeamento, 95 quilômetros de adutoras e 800 quilômetros de linhas de distribuição, está nas mãos da engenharia da CEDAE. Ele ressaltou que os engenheiros e engenheiras da CEDAE serão responsáveis pelo desenvolvimento de projetos e supervisão das obras. Victor destacou, principalmente, os novos engenheiros contratados como força motriz para o sucesso da universalização do abastecimento de água na baixada.

Para os desavisados e desconhecidos da realidade trabalhista da CEDAE, tal anúncio soa como uma grande valorização profissional dos engenheiros da casa. Infelizmente o discurso não condiz com a realidade e a prática. Se a CEDAE oferecesse uma real oportunidade de ascensão profissional, a taxa de evasão dos novos engenheiros não seria de mais de 50% dos concursados, como vem ocorrendo nos últimos concursos. Uma empresa que altera, casuisticamente, seu

Plano de Cargos e Salários, criando diferentes contratos de trabalho para trabalhadores que têm a mesma função e provoca uma flagrante violação de isonomia entre contratos, há mais de 20 anos, não tem como apresentar reais perspectivas para nenhum trabalhador.

A contradição entre o discurso e a prática vai mais além, pois após várias rodadas de negociação, onde o Senge-RJ participou ativamente, lado a lado com os demais sindicatos de base da empresa (Sintasma e Sindicatos de Campos e de Niterói), a direção do Senge-RJ

A postura da Cedae fere a boa fé nas negociações coletivas e configura "Ato Anti-Sindical"

foi surpreendida ao tomar conhecimento da redação do texto final do ACT, elaborado pela empresa, onde, no entendimento do Senge-RJ, algumas cláusulas negociadas previamente constavam com interpretação distinta daquela acordada, especialmente, a cláusula do Piso salarial da categoria, cuja proposta da empresa era de que o valor do Piso seria pago integralmente, sem necessidade de complementação. Da forma como é cumprido hoje, o Piso salarial dos engenheiros novos é, também, o teto salarial.

Apesar da promessa em mesa não ter sido cumprida pela Cedae, o Senge-RJ convocou nova assembleia para apreciação do texto final apresentado pela empresa e, após

enfáticos debates na assembleia, os engenheiros, ainda que insatisfeitos e negligenciados, aceitaram assinar o ACT, que mesmo sendo muito desvantajoso para esses novos profissionais, representou um grande avanço para os cedaeanos como um todo. Os presentes à assembleia entenderam, também, que a luta por mudanças, efetivas, na valorização dos engenheiros da Cedae ainda precisa avançar e corresponder à qualidade de trabalho e do serviço que esses jovens profissionais oferecem à população fluminense.

Além disso, a atual direção da Cedae age com desrespeito aos seus engenheiros ao tratar com descaso a assinatura do ACT pelo sindicato que os representa. Desde o dia 24 de julho, data da realização da assembleia, que aprovou a assinatura do ACT, a Cedae, que foi comunicada da disposição do Senge-RJ na mesma data, até o fechamento desta edição do JE, não foi capaz de qualquer sinalização para que ocorresse a assinatura do ACT com o Senge-RJ, apesar das inúmeras tentativas de obtenção de uma resposta, através da assessoria da presidência da empresa.

Com o silêncio da empresa, o Senge-RJ recorreu ao Ministério do Trabalho para que a Cedae se posicione, formalmente, se pretende, ou não, firmar a assinatura do ACT com o Senge-RJ. A audiência de Conciliação no MTE está marcada para o dia 06 de outubro.

No entendimento da direção do Senge-RJ, a postura da Cedae fere a boa fé nas negociações coletivas e configura "Ato Anti-Sindical", repudiado pela OIT (Convenção 98) e pela legislação brasileira.

Fechado CCT dos trabalhadores de consultoria

Os trabalhadores das empresas de consultoria aceitaram a proposta para a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Dentre os benefícios para os engenheiros e arquitetos, está o reajuste de 7%. Para os empregados admitidos após a data-base, em maio, o reajuste será pago utilizando-se o critério de proporcionalidade, conforme tabela anexada a Convenção.



• Para ler o CCT completo, acesse o nosso site: www.sengerj.org.br

SENGE-RJ e HCT oferecem novos cursos

Aulas serão transmitidas por videoconferências e alunos poderão tirar dúvidas ao vivo

O SENGE-RJ e o Grupo HCT, em nova parceria, oferecem sete novos cursos com descontos imperdíveis para os engenheiros associados ao Sindicato. As aulas são ministradas por videoconferências. Os alunos podem tirar dúvidas ao vivo.

PRÓXIMAS TURMAS

- Tubulações industriais - Flexibilidade e suportes
- Sistemas instrumentados de segurança (SIS)
- Fundações - Projetos e execução
- Estruturas metálicas - Fabricação e Montagem
- Instalações elétricas residenciais - Projeto e dimensionamento

► Informações e inscrições pelo site do Grupo HCT ou pelos telefones: 55 [21] 3349-1847 / 2276-9508 / 99942-1847

Fique atento às negociações em aberto!

- Ampla – data-base: 01 de outubro. Aguardando a marcação da primeira rodada de negociação.
- CET-Rio – data-base: 01 de

- abril. Aguardando a marcação de uma nova rodada de negociação.
- INB – data-base: 01 de novembro.

- ONS – data-base: 01 de setembro. Primeira rodada de negociação realizada nos dias 02 e 03 de setembro.

• Carlos Roberto Bittencourt

Presidente da Fisenge faz um balanço do mandato

Fonte: Fisenge

Eleito, em 2008, durante o 8º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), Carlos Roberto Bittencourt encerra seu segundo mandato como presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). Bittencourt é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf), presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR) e presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge).

Foram dois mandatos. Como você avalia esses seis anos?

– Foram seis anos de construção coletiva com uma diretoria comprometida com a engenharia e a sociedade. Um dos maiores saltos foi o diálogo com a sociedade sobre a importância da engenharia e a filiação de mais uma entidade à Fisenge, o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte (SEA-RN). Outro destaque foi a consolidação da Diretoria da Mulher que, hoje, é reconhecida nacionalmente, refletindo sua organização em demais entidades.

Estamos no 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros.

Qual o maior desafio?

– Com muito orgulho, esta será a maior edição dos nossos congressos. São mais de 200 delegados, com 50 observadores, 50 estudantes, mais de 80 mulheres, além de convida-

dos. Particpei de seis encontros estaduais/regionais, e acompanhei a qualidade dos debates. Este ano, contamos com a contribuição do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A nossa expectativa é provocar discussões, que nos permitam formular propostas acerca do papel da engenharia e do movimento sindical na sociedade brasileira.

Aliás, o Consenge volta a debater o movimento sindical. Por que essa decisão?

– Além de muitos sindicatos reivindicarem o retorno deste tema, estamos em uma conjuntura em que as manifestações ecoam a negação de partidos políticos e sindicatos. Esse discurso é perigoso e pode provocar uma série de retrocessos. É preciso compreender

profundamente o processo histórico e identificar os atores sociais. A conjuntura é muito mais complexa do que um discurso amparado pela negação.

Este ano teremos eleições para presidência da República e para o Sistema Confea/Creas. Quais as expectativas?

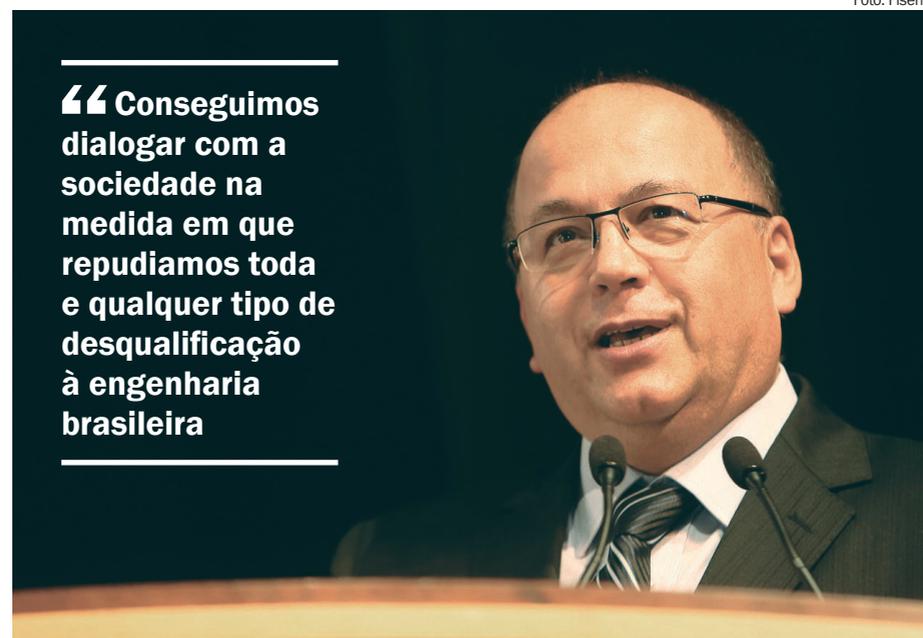
– Em primeiro lugar, esperamos que o Brasil siga pela afirmação de um projeto comprometido com as causas populares e sociais. Avançamos muito nos últimos anos e temos condições de aprofundar as mudanças. Em relação ao Sistema Confea/Creas, em 2011, para o processo eleitoral do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), apoiamos uma candidatura com um projeto balizado pela transparência, ética, democratização e desburocratização do Conselho. In-

felizmente, esse projeto foi derrotado nas urnas, que apresentou baixo percentual de votação, configurando o distanciamento dos profissionais. Mas seguimos disputando com participação efetiva no Conselho de Entidades Nacionais (Cden), nas Semanas de Engenharia e Congressos Nacionais. Acreditamos em um projeto para o Confea com participação efetiva das entidades, em defesa da engenharia brasileira, da soberania nacional e de um projeto de nação justo e solidário. Um sistema profissional forte pressupõe entidades fortes e acreditamos na soma de esforços para avançarmos numa agenda estratégica.

Como a Fisenge atuou em prol do diálogo com a sociedade?

– Acredito que conseguimos dialogar com a sociedade na medida em que repudiamos toda e qualquer tipo de desqualificação à engenharia brasileira, caso que ocorreu com declarações do ministro de aviação civil, Moreira Franco, em decorrência do atraso das obras da Copa. Estivemos nos principais meios de comunicação em defesa da engenharia, que é um dos caminhos para o desenvolvimento. Além disso, também mobilizamos pela aprovação do projeto de lei que caracteriza a engenharia como carreira típica de Estado. Hoje, muitas prefeituras e muitos governos não valorizam os engenheiros em seus quadros técnicos, o que precariza os projetos e impede o fornecimento de serviços públicos de qualidade. Valorizar a engenharia significa valorizar a sociedade.

Foto: Fisenge



“Conseguimos dialogar com a sociedade na medida em que repudiamos toda e qualquer tipo de desqualificação à engenharia brasileira”



**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br